

1º lugar

Demonstrações Financeiras Primárias: Impactos das Mudanças Propostas pelo IASB

Primary Financial Statements: Impacts of the Changes Proposed by the IASB

Artigo recebido em: 16/10/2020 e aceito em: 10/12/2020

Eduarda Martins dos Santos

São José dos Campos – SP

Graduação em Ciências Contábeis pela UFF-VR¹

eduardamartins@id.uff.br

Jennifer Dantas de Lima

Resende – RJ

Graduação em Ciências Contábeis pela UFF-VR¹

jennifer.dantas.lima@gmail.com

Mariana Pereira Bonfim

São Gonçalo – RJ

Doutora em Ciências Contábeis pela UnB²Professora do departamento de Ciências Contábeis da UFF-VR¹

marianabonfim@id.uff.br

RESUMO

Em 2015, a agenda consultiva do *International Accounting Standards Board* (IASB) identificou pontos nas Demonstrações Financeiras Primárias que poderiam ser melhorados e convocou reuniões com o intuito de elaborar uma *exposure draft* (2016-2019) para discutir a respeito. O conselho pretende abrir para comentários dos usuários das demonstrações contábeis e, por fim, divulgar a norma em 2020. O objetivo desse artigo é detectar e discutir as principais mudanças futuras que ocorrerão com a alteração da estrutura das demonstrações financeiras primárias, de acordo com o IASB, em especial a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Para isso, foi realizado um estudo de caso nas demonstrações contábeis da Natura e foi verificado que as mudanças na DRE facilitam a leitura da DFC, que a nova definição de lucro operacional se aproxima de medidas *non-GAAP* utilizadas pelas empresas e que o lucro antes de juros, impostos, depreciação ou amortização (EBITDA) também pode ser impactado, devido às reclassificações de despesas operacionais e do resultado de equivalência patrimonial.

Palavras-chave: Demonstrações Financeiras Primárias, Normas Internacionais de Contabilidade, IASB.

ABSTRACT

In 2015, the consultative agenda of the *International Accounting Standards Board* (IASB) identified points in the *Primary Financial Statements* that could be improved and convened meetings to prepare an *Exposure Draft* (2016-2019) to discuss it. The board intends to open it for comments by users of the financial statements and, finally, to disclose the standard in 2020. This article seeks to detect and discuss the

main future changes that will occur with the change in the structure of the primary financial statements in accordance with the IASB, in particular the *Statement of Income for the Year* (DRE) and the *Statement of Cash Flows* (DFC). For such purpose, a case study conducted in Natura's financial statements showed that changes in the DRE facilitate the reading of the DFC and that the new definition of operating profit is close to *non-GAAP* measures used by companies and that profit before interest, taxes, depreciation or amortization (EBITDA) may also be impacted due to the reclassifications of operating expenses and equity income.

Keywords: *Primary Financial Statements, International Financial Reporting Standards, IASB.*

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, as normas contábeis eram diferentes em cada país, o que dificultava o entendimento das rubricas para os usuários das demonstrações contábeis e fazia com que surgissem divergências na apuração de resultados em empresas multinacionais, pois não havia comparabilidade entre diferentes nações. Por conta disso, as Normas Internacionais de Contabilidade, as chamadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), foram criadas com o objetivo de facilitar o entendimento dos usuários, de modo que houvesse uniformidade nas normas contábeis ao redor do mundo. Com isso, o *International Accounting Standards Board* (IASB) tornou-se o órgão de referência para a produção de normas internacionais de contabilidade. No Brasil, criou-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é a entidade responsável pela emissão de pronunciamentos contábeis, visando a convergência das normas brasileiras às internacionais.

Com o objetivo de melhorar a comparabilidade entre transações realizadas por empresas diferentes e também dentro das próprias companhias, as demonstrações financeiras surgem com a finalidade de retratar a real situação da companhia a partir de relatórios realizados ao final de cada exercício social, auxiliando os usuários na tomada de decisão. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores e os pronunciamentos do CPC, no Brasil, são obrigatórias as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A lei também exige que as demonstrações venham acompanhadas de notas explicativas que, mesmo não constituindo uma demonstração financeira primária, auxiliam no *disclosure* das informações nelas contidas.

Desde 2015, tem-se discutido quais mudanças ocorrerão nas demonstrações financeiras primárias e, por conta da crescente necessidade por melhores informações, o IASB está desenvolvendo um projeto que trata de uma melhor comunicação nas demonstrações contábeis. Dentro desse projeto, está incluso o das demonstrações financeiras primárias, que visa simplificar e melhorar a comunicação entre as empresas e seus *stakeholders*.

¹ UFF-VR – Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda – RJ – CEP 27213-145.

² UNB – Universidade de Brasília – Brasília – DF – CEP 70910-900.

A partir do segundo semestre de 2019, o IASB começou a se posicionar de forma mais definitiva quanto ao projeto das Demonstrações Financeiras Primárias (*Primary Financial Statements – PFS*), parte integrante do projeto chamado Melhor Comunicação nas Demonstrações Contábeis (*Better Communication in Financial Reporting*). Em dezembro de 2019, o IASB publicou uma *exposure draft* que recebeu comentários até o final de junho de 2020.

O IASB (2019a) justifica que, por estar inserido em um mundo em constante mudança, busca formas de fortalecer sua relevância e melhorar a qualidade e conteúdo das informações de interesse dos *stakeholders* das companhias, visto que o projeto das Demonstrações Financeiras Primárias facilitará para os investidores encontrarem, em um único local, informações que antes estavam dispersas dentro e até fora das demonstrações contábeis; além disso, por não as integrarem em sua maior parte, não se encontravam no escopo da auditoria independente. Portanto, isso tomará as demonstrações mais relevantes, práticas e confiáveis. Ademais, já foi indicada a decisão dos membros do IASB de que será publicada uma alteração na IAS 1, correspondente ao CPC 26 (R1) no Brasil.

Diante do exposto, essa pesquisa busca responder à seguinte pergunta: *Quais os impactos e discussões acerca das alterações nas demonstrações financeiras primárias propostas pelo IASB? E tem como objetivo detectar e discutir as principais mudanças futuras que ocorrerão com a alteração da estrutura das demonstrações financeiras primárias, de acordo com o IASB, em especial a DRE e a DFC.*

Para isso, será feita uma revisão acerca das publicações relacionadas ao tema, as normas regulatórias e contábeis internacionais e as decisões do conselho do IASB sobre o projeto das Demonstrações Financeiras Primárias, de forma a medir a extensão e o impacto dessas alterações na atual relação empresa-investidor. Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, serão utilizadas demonstrações financeiras de uma empresa real para que seja possível medir os possíveis impactos após a implementação da referida norma. Há de se ressaltar que o projeto das Demonstrações Financeiras Primárias faz parte de um outro projeto (*Better Communication*), que definiu os seguintes pontos a serem desenvolvidos pelo IASB: (1) introduzir definição e exigência de subtópicos na demonstração do resultado; (2) introduzir princípios e orientações para agregação e desagregação; (3) alterar requisitos para análise das despesas operacionais; (4) introduzir divulgações para itens não usuais; (5) introduzir divulgações de Medidas de Desempenho da Administração (*Management Performance Measures – MPM*); e (6) introduzir alterações pontuais na DFC. Nesse estudo serão tratados apenas os itens (1), (3), (4) e (6), visto que os itens (2) e (5) fogem do escopo do projeto a que se refere esse artigo.

Logo, esse trabalho propõe auxiliar na compreensão da necessidade de mudanças nas demonstrações financeiras primárias, pois os investidores e os credores se interessam e utilizam delas e, em um mundo de mudanças cada vez mais rápidas, é necessário que haja alterações nas normas contábeis para assegurar que as demonstrações contábeis reflitam a realidade da melhor forma possível e possibilitem maior comparabilidade entre diferentes empresas. Destaca-se o pioneirismo da pesquisa, visto que não há, até o presente momento, trabalhos nem normas do IASB, definitivas, sobre o tema. Ao iniciar o presente estudo antes mesmo da publicação da norma, é válido comentar que há espaço para debates e acompanhamento do progresso dessa discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis no pronunciamento técnico CPC 26 (2011), as demonstrações financeiras têm o objetivo de transmitir informações referentes ao desempenho, fluxo de caixa, posição patrimonial e financeira, sempre auxiliando na tomada

de decisão. Para isto, as demonstrações trazem em seu escopo informações sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio, os fluxos de caixa e, para complementar, as notas explicativas.

Com o intuito de alcançar uma das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, a comparabilidade, as organizações divulgam seus resultados comparando com os de períodos anteriores. Por diversas vezes, as companhias divulgam informações além do obrigatório para facilitar o entendimento dos usuários a respeito da entidade e utilizam indicadores que mostram, com mais clareza, o que os usuários das demonstrações contábeis desejam saber; porém, essas informações não têm obrigatoriedade de serem auditáveis e, por isso, esses dados se tornam mais vulneráveis a questionamentos.

Visando melhorar alguns desses pontos e atender demandas já levantadas em consultas realizadas pelo próprio IASB, decidiu-se dar prioridade ao projeto das demonstrações financeiras primárias. Desse modo, o IASB está desenvolvendo novos requisitos para a DRE, também está reduzindo opções de escolha de apresentação para itens da DRE e da DFC para facilitar a comparação de investidores do desempenho e prospectos futuros das empresas. Esse projeto é parte do plano do Conselho para promover a Melhor Comunicação nos Relatórios Financeiros.

Como essa pesquisa tem o propósito de verificar os impactos das mudanças propostas pelo IASB, o foco será principalmente na DRE e citará alterações pontuais e possíveis impactos na DFC. Atualmente, na DRE, a companhia deve apresentar todas as suas receitas e despesas que foram reconhecidas no período pelo princípio da competência.

Já a DFC possui um pronunciamento específico para sua elaboração que é o CPC 03 (2010). A DFC evidencia as transações que impactam o caixa e os equivalentes de caixa em um determinado período, e é dividida em três grupos de atividade, sendo eles: atividades operacional, de investimento e de financiamento. A DFC possui dois métodos de elaboração: o método direto, no qual os recebimentos e pagamentos são lançados à medida que são incorridos; e o método indireto, no qual as operações são lançadas a partir do resultado do exercício. Segundo o CPC 03 (2010), caso a entidade escolha utilizar o método direto, deve-se fazer a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Com o avanço do projeto das Demonstrações Financeiras Primárias, o IASB divulgou um modelo inicial da nova DRE, dividindo-a em segmentos semelhantes à DFC: operacional, investimento e financiamento. A novidade vem da separação de resultados de equivalência patrimonial de controladas e *joint ventures* integrais, visto que integram um subtotal distinto dos demais, demonstrando de forma mais clara e simples os resultados provenientes desses investimentos, como exemplificado no Quadro 1, publicado pelo IASB.

Como pode-se perceber, foi introduzido oficialmente o subtotal “lucro operacional”, de forma a refletir o real lucro resultante da operação da empresa. Com isso, o maior impacto se dá no EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), um indicador muito utilizado pela administração das empresas, pois o lucro operacional da companhia já será dado na própria DRE, diminuindo, assim, a necessidade da criação de outras medidas para se entender qual seria o lucro operacional da empresa. No entanto, o lucro operacional proposto pelo IASB, apesar de similar ao EBITDA em alguns aspectos, não é um subtotal que reflete a proposta do EBITDA, uma vez que o novo lucro operacional é líquido das despesas de depreciação e amortização e, portanto, apresentará valores divergentes do calculado pelo EBITDA, que é o lucro antes de despesas de depreciação e amortização, juros e tributos.

Quadro 1: Novos subtotais da DRE (exemplo para empresas em geral)

Receita	Operacional
Variações em estoques de produtos acabados e em elaboração	Operacional
Matérias-primas e materiais de consumo	Operacional
Despesas com benefícios a empregados	Operacional
Despesas de amortização	Operacional
Despesas de depreciação	Operacional
Redução a valor recuperável de imobilizado (<i>Impairment</i>)	Operacional
Lucro operacional	
Resultado de equivalência patrimonial de controladas e <i>joint ventures</i> integrais	Controladas e <i>joint ventures</i> integrais
Lucro operacional e resultado de equivalência de controladas e <i>joint ventures</i> integrais	
Variações no valor justo de ativos financeiros	Investimento
Receita de dividendos	Investimento
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i> não integrais	Investimento
Lucro antes de financiamento e imposto de renda	
Receita de juros provenientes de caixa e equivalentes de caixa	Financiamento
Despesas de atividades de financiamento	Financiamento
Reversão de desconto sobre passivos de planos de pensão e provisões	Financiamento
Lucro antes dos tributos	Financiamento

Fonte: IASB, 2019b.

Segundo o próprio IASB (2019b), o Conselho optou por não introduzir o EBITDA na DRE por não haver um consenso entre os usuários do que ele representa, apenas que é um ponto de partida útil para as análises. Outro ponto apurado foi que seu cálculo é variável na prática, o que o torna inviável para ser padronizado por um órgão normatizador como o IASB.

Já para a DFC, a maior mudança será o método indireto já que o seu ponto de partida será o lucro operacional e não mais o resultado do exercício, também na definição clara de classificação de alguns elementos como dividendos e juros, dado que no pronunciamento atual há apenas um indicativo da classificação, ficando essa decisão a critério do julgamento profissional dos contadores. O Quadro 2 detalha essas novas classificações, inclusive as para instituições financeiras.

Elementos *non-GAAP* (SEC, 2002) são mensurações não compreendidas no escopo do GAAP vigente no país em questão e, logo, não comparáveis entre diferentes empresas. Normalmente, elementos *non-GAAP* são utilizados por investidores (IASB, 2016) e divulgados nos relatórios da administração das empresas, com o intuito de dar uma melhor visão da performance real da companhia, apesar de haver contradições em relação à integridade dos dados (BLACK, 2016).

Dentre os elementos *non-GAAP* mais utilizados internacionalmente pelas companhias, encontram-se o EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*), EBITDA, Lucro Operacional Ajustado, Lucro Ajustado e Lucro por Ação Ajustado (IASB, 2016). Destaca-se que, por não haver regulamentação oficial do IASB a respeito, seja na padronização ou na elaboração desses subtotais, o procedimento varia de empresa para empresa. Além disso, por não serem obrigatoriamente auditados, é possível um certo oportunismo em potencial que pode vir a prejudicar a relação entre a companhia, investidores e credores (BLACK, 2016).

No entanto, investidores atestam (IASB, 2016) que a divulgação de elementos *non-GAAP*, como o lucro ajustado, pode auxiliar na tomada de decisão de investidores menos aprimorados, por se tratar de um subtotal mais compreensível ao público em geral. Outro fator que os investidores veem como positivo na divulgação desses elementos não pertencentes ao GAAP é que poupa o tempo despendido na análise dos relatórios, pois é uma métrica já tradicionalmente utilizada pelo mercado financeiro, além de oferecer uma visão de como a empresa elabora seus controles internos e avalia o próprio negócio. Com a proposta de alteração do IASB na DRE, a tendência é que esse problema seja suavizado.

Quadro 2: Novas classificações de itens da DFC

Item do fluxo de caixa	Classificação do CPC 03	Proposta para entidade não financeira	Proposta para instituições financeiras
Juros pagos	Operacional ou financiamento	Financiamento	Operacional ou financiamento ¹
Dividendos pagos	Operacional ou financiamento	Financiamento	Financiamento
Juros recebidos	Operacional ou financiamento	Investimento	Operacional, investimento ou financiamento ¹
Dividendos recebidos	Operacional ou financiamento	Investimento	Operacional ou investimento (Investimento para o caso de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - MEP)

¹ Depende da classificação da receita/despesa relacionada na DRE

Fonte: IASB, 2019b.

O Instituto CFA (2016) verificou que 26,5% dos investidores sempre utilizam medidas de performance *non-GAAP* e que somente 4,3% deles nunca utilizam essas medidas. Além disso, essa pesquisa também demonstrou que os investidores esperam e encorajam os normatizadores elaborarem orientações a respeito dessas medidas financeiras, especialmente se forem incorporadas à DRE (CFA, 2016). Já uma pesquisa realizada pela KPMG (2016), apurou que os 10 elementos *non-GAAP* mais divulgados em companhias abertas brasileiras foram, nessa ordem: EBITDA, EBITDA ajustado, EBIT, dívida líquida, Funds from Operations (FFO), FFO ajustado, Net Operating Income (NOI), lucro líquido ajustado, EBIT ajustado e índice de eficiência. O EBITDA e o EBIT se destacam como os elementos *non-GAAP* mais utilizados no Brasil, o que segue a tendência internacional de alta divulgação desses subtotais e reforça o interesse do mercado em incluí-los, definitivamente, nas demonstrações financeiras.

O subtotal de lucro operacional sugerido pelo IASB no projeto das demonstrações financeiras primárias se aproxima mais do EBIT, que não exclui depreciação, amortização e exaustão, que do EBITDA, apesar desse último ter sido o maior foco de discussões ao longo dos anos em que o projeto estava realizando votações sobre a definição de subtotais para a DRE.

Na Agenda *Paper* da reunião do Grupo de Economias Emergentes, o IASB (2019c) indicou orientações para uma entidade calcular seu lucro operacional. Também foi melhor definido quais itens devem ser classificados como investimentos e financiamentos. Portanto, o novo modelo de DRE proposto terá os seguintes elementos: (1) *atividades de investimento*: serão classificados os elementos que comunicam o retorno de investimentos gerados e com alta independência de outros recursos englobados por uma entidade; (2) *atividades de financiamento*: serão classificadas as receitas e despesas de ativos e passivos relacionados ao financiamento de uma entidade.

Com o esclarecimento do que deve ser classificado em investimento e financiamento, o IASB acaba inferindo o que não deve ser classificado como operacional e, portanto, não compõe o lucro operacional de uma companhia. Com isso, pode-se ter uma ideia mais clara e objetiva do que uma companhia pode ou não incluir no seu subtotal de lucro operacional ao apresentar a DRE.

Em decorrência do projeto do IASB ainda estar em discussão, existem poucos estudos que versam sobre esse assunto. Portanto, foram pesquisados trabalhos anteriores que abordam a respeito dos elementos *non-GAAP*, um dos grandes tópicos endereçados pelo projeto das demonstrações financeiras primárias e o principal foco das alterações na DRE.

Quadro 3: Estudos anteriores

Autores	Pesquisa
Cardeira (2012)	O autor concluiu que um dos motivos que leva administradores a relatarem elementos <i>non-GAAP</i> é a pressão para atingirem as previsões de analistas. Contrariando boa parte da teoria, há maior volume de divulgação de elementos <i>non-GAAP</i> em empresas com sede em países onde há forte regulação jurídica.
Baumker <i>et al.</i> (2014)	Analisaram a publicação de elementos <i>non-GAAP</i> após o Regulamento G e uma das conclusões foi que, apesar dos benefícios, os administradores preferem reportar elementos <i>non-GAAP</i> quando estes favorecem a imagem da empresa.
Johnson <i>et al.</i> (2014)	Foi observado o comportamento de investidores não sofisticados em relação à existência de elementos <i>non-GAAP</i> em adição às informações GAAP obrigatórias; foi comprovado que os participantes focaram mais sua atenção nas informações <i>non-GAAP</i> do que no relatório financeiro completo.
Vasconcelos (2017)	A pesquisa apurou que um dos motivos que leva as empresas brasileiras a divulgarem o EBITDA e/ou EBITDA ajustado é o acompanhamento do desempenho das atividades-fim das empresas, além de ser possível a comparabilidade com a concorrência do mesmo segmento.
Silva <i>et al.</i> (2018)	Os autores concluíram que, quanto maior for o erro de estimação dos <i>accruals</i> , maior é a chance de a organização utilizar o elemento <i>non-GAAP</i> EBITDA.
Silva (2018)	O estudo afirma que as maiores empresas e também as mais endividadas são as que mais fazem uso de elementos <i>non-GAAP</i> , por conta de itens não usuais provenientes da complexidade de seus negócios.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A presente pesquisa se diferencia das demais, pois não trata apenas de elementos *non-GAAP*, mas, principalmente, auxilia no entendimento da discussão a respeito das principais mudanças propostas pelo IASB para as demonstrações financeiras primárias, sendo os elementos *non-GAAP* apenas uma dessas mudanças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi feita através de diversos artigos de temáticas semelhantes, documentos emitidos por grandes empresas de auditoria e, principalmente, pelo próprio IASB ao longo dos anos, em especial, os que dizem respeito ao projeto das Demonstrações Financeiras Primárias e o conteúdo das reuniões que o órgão participa mensalmente. Após a análise dos documentos emitidos pelo IASB e as possíveis alterações nas Demonstrações Financeiras Primárias, foi selecionada uma empresa brasileira de capital aberto, a Natura, e, com base na sua DRE e DFC referentes ao quarto tri-

mestre de 2018, disponíveis no *site* da companhia, foram analisados os impactos das mudanças propostas no projeto e nos indicadores *non-GAAP*, como o EBITDA. Optou-se por utilizá-la no estudo de caso desse artigo por conta da notoriedade que a empresa possui em publicar demonstrações contábeis com alto nível de *disclosure* e transparência com seus investidores.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma maneira, dentre várias, de se fazer pesquisa. Segundo o autor, alguns exemplos são experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de arquivos, portanto, normalmente, é o mais escolhido quando um estudo se propõe a questionar como e por que algum evento com foco na vida real ocorre, ocorreu ou ocorrerá. Geralmente, é complementado por pesquisas exploratórias e descritivas.

A maior restrição dessa pesquisa se deve ao fato de a mesma se limitar ao conteúdo das reuniões e metas definidas pelo IASB. Além disso, o fato de boa parte do conteúdo, como o teor das reuniões e

documentos emitidos pelo IASB, serem em língua inglesa e ainda não haver uma tradução oficial para o português, alguns termos foram traduzidos livremente, podendo ser modificados na versão final do projeto. Outro tópico considerado como restrição é a pouca abertura nas demonstrações contábeis utilizadas para análise dos impactos causados, pois, devido a isso, não foi possível obter, com maior certeza, quais foram os reais ajustes para a nova estrutura da DFC.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para as análises dos impactos das mudanças propostas pelo novo projeto do IASB, foram utilizadas a DRE e DFC do quarto trimestre do ano de 2018 de uma empresa brasileira de capital aberto, a

Natura S.A. Nos tópicos a seguir, são apresentadas as reclassificações nessas duas demonstrações e o impacto na companhia.

4.1 Reestruturação da DRE da Natura à Luz das Propostas do IASB

Na DRE divulgada pela Natura, é possível verificar que foram utilizados elementos não obrigatórios na sua divulgação, por exemplo, a linha “lucro operacional antes do resultado financeiro”. Essa linha poderia ser classificada como EBIT, que é um elemento *non-GAAP* utilizado pelo mercado. Na Tabela 1, está a DRE reestruturada após a realização das reclassificações necessárias e a inserção do subtotal “lucro operacional”, seguindo as orientações recomendadas pelo projeto:

Tabela 1: DRE da Natura reestruturada

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	6.334.189,00	5.867.375,00	13.397.419,00	9.852.708,00
Custo dos produtos vendidos	2.503.653,00	2.329.717,00	3.782.843,00	2.911.077,00
LUCRO BRUTO	3.830.552,00	3.537.658,00	9.614.576,00	6.941.631,00
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	3.288.402,00	3.005.970,00	8.345.639,00	5.563.297,00
Despesas com vendas, marketing e logística	2.199.719,00	2.035.393,00	5.828.713,00	3.965.019,00
Despesas administrativas, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e projetos	908.758,00	859.333,00	2.251.341,00	1.535.945,00
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	169.244,00	135.466,00	237.884,00	233.714,00
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.681,00	24.222,00	27.701,00	171.381,00
LUCRO OPERACIONAL	542.150,00	531.688,00	1.268.937,00	1.378.334,00
Resultado de equivalência patrimonial (MEP)	561.507,00	592.935,00	-	-
LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DE CONTROLADAS E JOINT VENTURES INTEGRAIS	1.103.657,00	1.124.623,00	1.268.937,00	1.378.334,00
Receitas financeiras	1.643.672,00	382.776,00	2.056.421,00	604.392,00
Resultado na baixa de imobilizado	1.268,00	23.186,00	1.188,00	25.623,00
Venda de carteira de clientes	15.239,00	28.701,00	16.254,00	28.701,00
LUCRO APÓS RECEITAS/DESPESAS DE INVESTIMENTO	3.867.493,00	2.637.537,00	4.611.737,00	3.364.138,00
Despesas financeiras	2.282.902,00	848.661,00	2.639.709,00	991.841,00
Projeto social Crer para Ver	23.686,00	16.785,00	29.686,00	22.771,00
LUCRO APÓS FINANCIAMENTO	1.560.905,00	1.772.091,00	1.942.342,00	2.349.526,00
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	457.248,00	647.468,00	673.405,00	971.192,00
Imposto de renda e contribuição social	91.131,00	22.783,00	125.026,00	300.941,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	548.379,00	670.251,00	548.379,00	670.251,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram realizadas as reclassificações de algumas contas que se encontravam, do ponto de vista do IASB, de maneira incorreta dentro do subtotal lucro operacional, visto que não integram a atividade-fim da empresa, podendo ser visualizadas no Quadro 4. No caso da Natura, a empresa entende que um projeto social como o Crer para Ver é parte da atividade-fim da empresa, porém, a atividade da Natura é fabricar e comercializar cosméticos, e um projeto social, por sua natureza, não deve ser enquadrado como atividade operacional da companhia, levando em consideração o entendimento atual do IASB.

Com essas mudanças, as companhias devem ser mais criteriosas nas suas classificações, elaboração de subtotais e medidas que sejam objeto de utilização intensiva por *stakeholders* no momento da tomada de decisões, pois uma classificação incorreta pode levar a conclusões tendenciosas e impactar negativamente o mercado. Os itens envolvendo os subtotais de resultado financeiro foram desmembrados entre os grupos de investimento e financiamento, a fim de dar maior transparência e comparabilidade com outra demonstração muito importante para os *stakeholders* das empresas: a DFC.

Eduarda Martins dos Santos

Jennifer Dantas de Lima

Mariana Pereira Bonfim

Quadro 4: Contas reclassificadas na DRE da Natura

Descrição (DRE)	Grupo original	Reclassificação
Resultado de equivalência patrimonial	Operacional	Resultado de equivalência patrimonial – controladas e joint ventures
Projeto social Crer para Ver	Operacional	Financiamento
Resultado na baixa de imobilizado	Operacional	Investimento
Venda de carteira de clientes	Operacional	Investimento
Receitas financeiras	Resultado financeiro	Investimento
Despesas financeiras	Resultado financeiro	Financiamento

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2: DFC da Natura reestruturada

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<i>Lucro operacional</i>	542.150,00	531.688,00	1.268.937,00	1.378.334,00
AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO COM O CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Depreciação e amortização	190.519,00	148.741,00	589.911,00	383.352,00
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.342,00	44.836,00	40.193,00	124.790,00
Atualização monetária de depósitos judiciais	11.465,00	8.581,00	13.780,00	6.652,00
Atualização monetária de contingências	710,00	-	4.346,00	-
Imposto de renda e contribuição social	91.131,00	22.783,00	125.026,00	300.941,00
Atualização e variação cambial sobre outros ativos e passivos	2.734,00	17.128,00	3.535,00	20.881,00
Provisão para perdas com imobilizado e intangível	-	-	8.516,00	7.712,00
Perdas efetivas e provisão para perdas com clientes, líquidas de reversões	169.244,00	135.466,00	237.884,00	233.714,00
Juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	62.002,00	81.119,00	129.296,00	164.442,00
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos <i>swap</i> e <i>forward</i>	542.907,00	160.079,00	543.398,00	156.130,00
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	4.141,00	21.642,00	16.057,00	32.386,00
Resultado de equivalência patrimonial	561.507,00	592.935,00	-	-
Juros e variação cambial sobre arrendamento mercantil financeiro	43.397,00	38.494,00	52.011,00	47.080,00
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.140.551,00	237.601,00	1.187.869,00	333.058,00
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações	34.217,00	25.068,00	40.376,00	12.935,00
Provisão (reversão) para perdas nos estoques líquidas	(3.915,00)	8.700,00	22.743,00	28.396,00
Provisão (reversão) com plano de assistência médica e crédito de carbono	26.712,00	14.765,00	34.914,00	16.606,00
Efeito de economia hiperinflacionária	-	-	45.198,00	-
Outras provisões (reversões)	26.616,00	144.730,00	173.009,00	444.772,00
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recuperações (pagamentos) de imposto de renda e contribuição social	3.359,00	8.466,00	269.966,00	88.209,00
Levantamentos (pagamentos) de depósitos judiciais	5.740,00	3.226,00	364,00	2.949,00
Pagamentos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas	25.341,00	13.642,00	36.464,00	17.553,00
SUBTOTAL	478.132,00	244.246,00	1.958.573,00	1.890.208,00
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS				
Contas a receber de clientes	47.998,00	33.479,00	60.309,00	29.514,00
Estoques	(3.100,00)	2.269,00	112.331,00	47.962,00
Impostos a recuperar	25.615,00	148.433,00	84.982,00	172.136,00
Outros ativos	10.547,00	18.266,00	67.864,00	11.140,00
SUBTOTAL	36.030,00	161.377,00	34.904,00	142.548,00
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS				
Fornecedores nacionais e estrangeiros	(1.636,00)	104.702,00	158.978,00	436.996,00
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	42.030,00	27.670,00	215.412,00	73.247,00

Tabela 2: continuação...

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS				
Obrigações tributárias	(50.823,00)	(182.742,00)	(23.105,00)	-291.698,00
Outros passivos	16.947,00	9.981,00	(52.247,00)	112.600,00
SUBTOTAL	6.518,00	(40.389,00)	299.038,00	331.145,00
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	448.620,00	42.480,00	2.222.707,00	2.078.805,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	37.794,00	125.554,00	30.967,00	127.509,00
Aquisição da The Body Shop PLC, líquido do caixa obtido	-	-	-	3.880.858,00
Caixa advindo de incorporação de controlada	15.158,00	-	-	-
Adições de imobilizado e intangível	122.085,00	135.595,00	485.016,00	364.372,00
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	4.069,00	4.708,00	6.641,00	8.244,00
Aplicação em títulos e valores mobiliários	7.100.795,00	6.258.167,00	8.483.684,00	7.411.261,00
Resgate de títulos e valores mobiliários	8.295.126,00	5.472.355,00	9.187.748,00	6.350.630,00
Resgate de juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	84.894,00	88.762,00	163.407,00	455.226,00
Recebimento de dividendos de controladas	237.161,00	105.683,00	-	-
Investimentos em controladas	39.670,00	3.812.566,00	-	-
Recebimentos (pagamento) de recursos por liquidação de operações com derivativos	30.590,00	-	32.401,00	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.366.654,00	4.660.374,00	390.530,00	4.969.900,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil financeiro	14.077,00	12.367,00	22.691,00	20.952,00
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	568.245,00	188.999,00	604.224,00	231.522,00
Amortização de arrendamento mercantil financeiro principal	42.281,00	42.281,00	46.241,00	45.914,00
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures principal	5.748.265,00	1.421.745,00	6.552.249,00	1.679.371,00
Captações de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures	4.771.801,00	6.363.431,00	5.015.278,00	6.391.049,00
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	1.067,00	4.605,00	1.067,00	4.605,00
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício anterior	201.652,00	109.409,00	201.652,00	109.409,00
Recebimentos (pagamento) de recursos por liquidação de operações com derivativos	-	99.633,00	-	107.535,00
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	39.950,00	111,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.801.652,00	4.493.602,00	2.370.762,00	4.200.840,00
AJUSTES DE RECLASSIFICAÇÃO DA DRE LUCRO OPERACIONAL AJUSTADO	6.229,00	138.565,00	720.558,00	708.084,00
Venda de Carteira de Clientes Projeto Social Crer para Ver				
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.851,00	14.273,00	478.083,00	601.661,00
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	75.704,00	61.431,00	1.693.131,00	1.091.470,00
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	95.555,00	75.704,00	1.215.048,00	1.693.131,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.851,00	14.273,00	478.083,00	601.661,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

4.2 Reestruturação da DFC da Natura à Luz das Propostas do IASB

Somente após as alterações necessárias na DRE é que se torna possível a análise e modificação da DFC. Atualmente, a DFC parte do lucro líquido apurado na DRE, o que comprova a natureza complementar das duas demonstrações.

O foco do projeto são as mudanças na DRE, porém, como já citado, também houve propostas de alterações para a DFC, sendo a mais importante o ponto inicial da demonstração, pois, atualmente, é utilizado o lucro líquido e, com o projeto, a DFC será iniciada pelo lucro operacional. Bem como houve a eliminação de opção de classificação para itens como juros e dividendos, sendo eles definidos pelo IASB, como detalhado no Quadro 2. A fim de atender a proposta do IASB em tornar a DFC mais clara, as reclassificações de contas realizadas estão descritas no Quadro 5.

Quadro 5: Contas reclassificadas na DFC da Natura

Descrição (DFC)	Grupo original	Reclassificação
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	Operacional	Investimento
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil financeiro	Operacional	Financiamento
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	Operacional	Financiamento
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	Financiamento	Investimento
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	Sem grupo definido	Financiamento

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com essa alteração, a DFC se tornará mais clara, pois haverá maior comparabilidade com a DRE. Assim, os usuários poderão observar quais elementos da DRE efetivamente impactaram o caixa daquele período a que se referem as demonstrações financeiras da empresa e poderão analisar qual a relação entre as duas demonstrações contábeis.

Tabela 3: Cálculo EBITDA da Natura

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
EBITDA original	1.286.997,00	1.262.094,00	1.846.604,00	1.741.993,00
Margem EBITDA original	20,32 %	21,51 %	13,78 %	17,68 %
EBTIDA ajustado	732.669,00	680.429,00	1.858.848,00	1.761.686,00
Margem EBITDA ajustado	11,57 %	11,60 %	13,87 %	17,88 %

Fonte: Elaborada pelos autores.

Esses impactos são importantes para o mercado, em especial para investidores que acompanham as demonstrações contábeis de companhias controladoras, visto que mitigam distorções encontradas atualmente no cálculo de EBITDA pelas empresas, mesmo que o IASB tenha optado por não o definir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do processo de convergência das demonstrações contábeis é trazer maior comparabilidade para as empresas de todo mundo, de forma que o investidor possa entender, com maior clareza, as demonstrações contábeis de uma determinada companhia. Neste âmbito, o novo projeto das Demonstrações Financeiras Primárias, proposto pelo IASB, traz aos usuários dessas demonstrações maior clareza quanto à real situação da empresa.

Esse artigo analisou qual será o impacto das novas propostas do projeto sobre as demonstrações financeiras primárias nas companhias que adotam IFRS. As análises foram feitas com base nas demonstrações contábeis divulgadas pela Natura S.A., no quarto trimestre de 2018 e, a partir daí, foram feitas reclassificações para atender às propostas do projeto.

4. 3 EBITDA

Para o cálculo do EBITDA atual da Natura, foram utilizadas as rubricas presentes nas demonstrações contábeis da companhia. De posse do EBITDA da Natura, foram realizados os ajustes propostos pelo IASB, e o novo EBITDA pode ser visualizado na Tabela 3.

Através do cálculo, é possível perceber que, na controladora, o impacto causado com as novas propostas do IASB irá afetar o EBITDA, por conta da reclassificação do resultado de equivalência patrimonial (MEP), representando uma redução de 43 % do EBITDA original, que caiu de 20,32 % para 11,57 %, uma redução absoluta de 8,75 %.

Já no consolidado, o impacto se deu pelas reclassificações de contas que antes eram classificadas como operacional, como o projeto Crer para Ver e o resultado na baixa de imobilizado, cuja presença também estava alterando o EBITDA calculado, sucedendo um aumento de 0,09 % para o ano de 2018 e 0,2 % para a margem EBITDA do ano de 2017, representados por um aumento de R\$ 12.244,00 e R\$ 19.693,00 no EBITDA, respectivamente. Como em demonstrações consolidadas não há a presença de MEP, o impacto das reclassificações foi menos expressivo, apesar de não menos importante.

O foco do projeto do IASB está na DRE, em que é possível haver reclassificações que podem causar grandes impactos em indicadores *non-GAAP*, como o EBITDA. Outro ponto a ser destacado é a definição do lucro operacional na DRE, o que fará com que haja uma padronização desse indicador nas demonstrações contábeis, facilitando a compreensão dos usuários. Para a Demonstração do Fluxo de Caixa, a mudança significativa ocorreu no seu ponto de partida, deixando de ser o lucro líquido e passando a ser o lucro operacional. Com tal alteração, fica mais claro para os investidores as movimentações ocorridas dentro do período.

Um ponto importante a ser destacado é o EBITDA que, devido a nova reclassificação do resultado do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a demonstração individual da Natura sofreu uma queda nesse índice de cerca de 49 %. Já o consolidado, sofreu apenas um pequeno aumento devido a reclassificações de despesas que, ao deixarem de integrar o lucro operacional, aumentaram sua margem, mesmo que timidamente.

Para as pesquisas futuras, recomenda-se um estudo com maior base de informações e amostragem de empresas de capital aberto, e uma abordagem acerca da forma que as empresas realizarão a implementação do novo IFRS em seus sistemas ERP. Além disso, faz-se necessário o acompanhamento de novas atualizações, por parte do IASB, com relação ao projeto.

REFERÊNCIAS

- BAUMKER, M.; BIGGS, P.; MCVAY, S. E.; PIERCE, J. The disclosure of non-GAAP earnings following regulation G: an analysis of transitory gains. *Accounting Horizons*, Lakewood Ranch, v. 28, n. 1, p. 77-92, 2014.
- BLACK, E. L. O relato ético das mensurações de desempenho não consideradas no GAAP. *Revista Contabilidade & Finanças*, [S. l.], v. 27, n. 70, p. 7-11, 2016.
- CARDEIRA, J. M. R. *Manipulação de resultados e divulgação de resultados non GAAP*. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Universitário de Lisboa ISCTE, Lisboa, 2012.
- CFA INSTITUTE. *Investor uses, expectations, and concerns on non-gaap financial measures*. Charlottesville, Sept. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3cLh3TG>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico. *CPC 03 (R2): demonstrações dos fluxos de caixa*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3tvJzyt>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico. *CPC 26 (R1): apresentação das demonstrações contábeis*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3oSntTo>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Staff paper: analysis of financial statements presentation*. London, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3baUCWI>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Transcrição de trecho de discurso: Simpósio Anual Eumedion*. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2OI815m>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Atualização técnica IASB*. Apresentação do Tadeu Cendón no XVI Seminário Internacional CPC. London, Oct. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2NZXUmn>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Agenda paper 1: Emerging Economies Group*. London, Dec. 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3aH7XEy>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- JOHNSON, A.; PERCY, M.; STEVENSON-CLARKE, P.; CAMERON, R. The impact of the disclosure of non-GAAP earnings in Australian annual reports on non-sophisticated users. *Australian Accounting Review*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 207-217, 2014.
- SILVA, G. C. P. *Informação non-GAAP: evidências do seu value relevance, e uma análise do trade-off entre oportunismo e eficiência na qualidade do seu reporte*. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- KPMG. *Divulgações contábeis 2016: um estudo sobre as políticas contábeis críticas, medições não contábeis e as modificações no relatório do auditor independente*. Brasil, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3qdElo4>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- SILVA, G. C. P.; PAULO, E.; PINTO, S. K. M.; LEITE, P. A. M. Determinantes do disclosure de informações non-GAAP: evidências no mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. Regulation G. *Final rule: conditions for use of non-GAAP financial measures*. Washington, DC, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2MubgHp>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- VASCONCELOS, G. S. *IFRS e a divulgação das medidas de desempenho não-GAAP "EBITDA" e "EBITDA Ajustado" no cenário corporativo brasileiro*. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.